



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA
14 DE DEZEMBRO DE 2020 - Nº 22/2020 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos catorze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a participação dos Senhores Vereadores João Pedro Costa Arraiolos, Casimira Pereira Alves, Sónia Sanfona e António Moreira. Secretariou a reunião Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Dirigente Intermédio de 3º Grau da Unidade Orgânica Financeira da Câmara Municipal de Alpiarça.-----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:-----

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata n.º 17/2020 - Reunião realizada no dia 22/09/2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Ponto 02 – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata n.º 21/2020 - Reunião realizada no dia 27/11/2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Ponto 03 – Proposta para Contratação de um Empréstimo de Curto Prazo no Valor de 500.000,00 Euros – Ano de 2021.-----

Município de Alpiarça-----





Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 04 – Proposta – Modificação Orçamental – Revisão Nº 2 GOP's; Revisão Nº 4 Orçamento.---

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 05 – Proposta – Extinção de uma Unidade Orgânica de 3º Grau e Criação de duas Unidades Orgânicas de 3º Grau e Aprovação do novo Regulamento de Organização dos serviços e Mapa de Pessoal do Município de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 06 – Proposta de Documentos Previsionais para o Ano de 2021 - Câmara Municipal de Alpiarça .-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 07 – Proposta de Isenção do Pagamento de Taxas de Ocupação do espaço Público na Área do Município de Alpiarça para o Ano 2021.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

ABERTURA DA REUNIÃO-----





----A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas, que cumprimentou todos os presentes e distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia onze de Dezembro de dois mil e vinte, com um total de disponibilidades de 673.809,66 Euros (seiscentos e setenta e três mil, oitocentos e nove euros e sessenta e seis cêntimos).-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

---O Presidente começou por dar informação relativamente à evolução do covid 19 no Concelho de Alpiarça, que apresenta seis casos ativos, quarenta recuperados e quatro óbitos. Recordou que Alpiarça continua a ser o Concelho com menor número de casos de toda a região mas lembrou que esta situação pode sofrer alterações a qualquer momento. Destacou o sentido de responsabilidade que tem sido demonstrado pela população e pelas instituições do Concelho, sobretudo das Instituições de Solidariedade Social do Concelho e das escolas.-----

---Pedi a palavra a Vereadora Sónia Sanfona que começou por se congratular com a situação que se vive no concelho relativamente à covid 19, considerando que é fruto de várias razões, deixando uma palavra de solidariedade e votos de força e coragem para todos. Colocou de seguida uma questão sobre à segunda fase das obras de reabilitação do Mercado Municipal, relativamente às propriedades que não estavam ainda na esfera do domínio público e perguntou se já se chegou a entendimento com os proprietários. Em relação aos estabelecimentos comerciais que se encontram naquela zona, questionou se a situação dos arrendatários desses espaços está acautelada. Abordou a questão das Águas do Ribatejo, dizendo que as situações que vieram a público e que envolvem munícipes de Alpiarça, não estão a ser resolvidas. Considera que se trata de uma situação complexa e é importante que o município perceba o seu alcance, não se recordando de situações semelhantes. Questionou o que fez com esta situação acontecesse agora; se mudou algum sistema de contagem, para além da pandemia, que acha que não explica tudo, sobretudo o diferencial que é brutal nalgumas situações.-----

---O Presidente referiu que não lhe chegou uma única reclamação formal ou mesmo informal.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona continuou dizendo que lhe chegaram duas ou três faturas, incluindo uma com o valor de mil e oitocentos euros, de um munícipe, que apresentou entretanto uma



reclamação às Águas do Ribatejo. Entende que não é habitual que as Águas do Ribatejo estejam a enviar faturas às pessoas com uma disparidade tão grande de valores, e é preciso explicar o que aconteceu efetivamente e como está a ser tratado.-----

---O Presidente disse que quem tem de explicar é as Águas do Ribatejo (AR), através do seu Presidente ou do seu Diretor Geral, sugerindo que se pode marcar uma reunião com o Presidente das AR e reiterou que não tem nenhum conhecimento direto de qualquer reclamação e se lhe chegasse seria imediatamente encaminhada para a empresa.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona mencionou que é importante que as pessoas estejam a ser tranquilizadas, que as situações estejam a ser acompanhadas e que as AR estejam a analisar cada um dos casos e a procurar ultrapassar os problemas, sem penalizar as pessoas por eventuais erros.

---Usou da palavra o Vereador António Moreira, que cumprimentou os presentes e começou por enaltecer a situação do covid, embora o desejável seria que não houvesse situação nenhuma, mas dentro da situação complexa que é, pode-se dizer que se tem estado dentro da normalidade, o que se deve ao profissionalismo e à capacidade das pessoas que mais diretamente estão ligadas ao assunto e que se têm protegido para evitar que haja maior propagação. Disse de seguida que em conversa com um dirigente de uma empresa de águas, este achou muito estranho que hajam faturas de valores tão elevados e que as situações devam ser logo tratadas pela empresa. Entende que as AR poderiam resolver essas situações com alguma facilidade, para evitar todas as situações que têm existido. Falou de seguida sobre a Caixa Geral de Depósitos, achando que uma empresa destas, com serviços muito restritos, só pode andar a brincar com a população de Alpiarça. Perguntou se a obra da Vala está terminada. Questionou se vai haver alguma lembrança para o pessoal da câmara, tendo em conta que não vai haver festa de natal do município.-----

---O Presidente respondeu às questões colocadas. Relativamente às AR clarificou que se trata de uma empresa cem por cento pública que é dos munícipes dos sete concelhos que a compõem, sendo uma garantia sobre o que poderá vir a acontecer num quadro diferente, de privatização dos serviços, o que poderá conduzir a situações gravosas no que diz respeito às tarifas, do seu funcionamento e mesmo dos serviços prestados. Referiu que existem exemplos de privatização destes serviços, que foram concessionados por algumas autarquias a privados, cujos consumidores têm faturas elevadíssimas, como é o caso de Barcelos e do Cartaxo, que tem feito diligências no



sentido de reverter a situação. Sobre as AR considerou que há pessoas que apresentam casos, podendo alguns ter razão e que estão de boa fé, mas alertou para uma tentativa de causar diversos constrangimentos e descredibilização do setor público, para levar as pessoas a aceitar mais facilmente a retirada de serviços para o setor privado. Recordou que as AR têm tido um desempenho positivo, mantendo um serviço de qualidade, reconhecendo que poderão existir alguns problemas pontuais, como sempre existiram. Sublinhou que a empresa tem mantido níveis de qualidade muito altos, com um investimento grande nos últimos anos, na melhoria das condições da distribuição da água e do saneamento às populações da região. Esclareceu ainda que se trata de uma empresa onde não há lucro, ao contrário do que se faz correr, sobretudo nas redes sociais, uma vez que os resultados líquidos positivos são reinvestidos na melhoria da qualidade do serviço e no seu alargamento. Lembrou que existe atualmente uma situação anormal que causa dificuldades nos serviços das AR, devido ao momento que se vive desde Março, como existem em todos os serviços. Em relação à disparidade das faturas, referiu que esse facto também tem a ver com o funcionamento em sistema integrado da Ecoléziria, relativamente aos municípios de Almeirim e Coruche, onde começaram a aparecer alguns problemas, algo que já seria expectável. Declarou que os Presidentes de Câmara são os que, em primeira instância, têm todo o interesse em que seja tudo resolvido para defender a imagem da empresa enquanto entidade pública que presta um bom serviço às populações. Comentou de seguida a questão da Caixa Geral de Depósitos, afirmando que se tem transmitido o descontentamento relativamente às opções que foram tomadas e o que tem sido dito é que se não fosse essa solução, a alternativa seria a retirada dos serviços, como está a acontecer um pouco por todo o lado. Disse ainda que o modelo seguido está a ser implementado em vários sítios do país e que há um conjunto muito grande de concelhos que vão continuar a sofrer uma pressão muito grande em relação aos serviços, com a lógica de privatização, que é o que está em causa na maior parte das situações, sancionada pelos diversos governos. Acrescentou que se poderão reverter algumas das situações e que poderão ser repostas todas as valências, sendo nisso que o Executivo vai continuar a insistir, contando com o apoio e a colaboração de todos os seus membros.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos cumprimentou os presentes e respondeu a algumas questões. Sobre os terrenos da segunda fase das obras do Mercado, uma parte já é do Município, em relação





ao terreno onde estão as lojas já foi assinado o contrato-promessa de compra e venda, um outro está também a ser formalizada a assinatura do respetivo contrato-promessa de compra e venda e os restantes estão em fase adiantada de negociação para formalização do acordo. Ainda sobre os as lojas em questão foi feita uma primeira abordagem com todos os lojistas no sentido de conhecer as suas expetativas e de tentar garantir a continuidade do seu negócio de forma a não serem prejudicados. Relativamente à obra da Vala disse que o empreiteiro ainda não terminou totalmente a mesma, considerando que falta retirar a lenha das margens.-----

---A Vereadora Casimira Alves respondeu de seguida à questão da festa de Natal da Câmara, explicando que dadas as circunstâncias, não se pôde organizar o almoço ou jantar de Natal, mas foi possível manter o espírito natalício, estando a ser preparada uma lembrança que chegará a todos, eleitos e trabalhadores do município e da freguesia, que será composta por produtos de Alpiarça.--

Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata n.º 17/2020 - Reunião realizada no dia 22/09/2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---A Vereadora Sónia Sanfona e o Presidente fizeram algumas propostas de alteração à Ata.-----

---O Presidente colocou a Ata à votação, com as alterações propostas, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

Ponto 02 – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata n.º 21/2020 - Reunião realizada no dia 27/11/2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---Foi deliberado retirar a Ata, para ser discutida e votada na próxima reunião de Câmara.-----



Ponto 03 – Proposta para Contratação de um Empréstimo de Curto Prazo no Valor de 500.000,00 Euros – Ano de 2021.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que se trata de uma possibilidade que se tem usado e que se mantém essa mesma necessidade, apesar das melhorias conseguidas no último ano, devido ao número de investimentos previstos para o próximo ano. Especificou os pressupostos do empréstimo, que está devidamente enquadrado e previsto na lei.-----

---A Vereadora Sónia sanfona perguntou se, em relação ao empréstimo de curto prazo celebrado no ano corrente, o município está em condições de cumprir com o pagamento até ao final do ano. Perguntou ainda se este tipo de empréstimos não estão limitados a apoiar a tesouraria, considerando que o Vereador João Pedro Arraiolos fez uma referência aos investimentos previstos.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos respondeu que, relativamente ao empréstimo em vigor, o valor utilizado será pago até ao dia trinta e um de Dezembro do ano corrente. Em relação à referência aos investimentos disse que tal tem a ver com os fluxos de tesouraria e não propriamente para pagar investimento.-----

---Não houve mais intervenções.-----

---O Presidente colocou a Proposta para Contratação de um Empréstimo de Curto Prazo no Valor de 500.000,00 Euros – Ano de 2021 à votação, que foi aprovada por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).-----

---Deliberado ainda remeter a proposta à Assembleia Municipal, para apreciação e votação.-----

Ponto 04 – Proposta – Modificação Orçamental – Revisão Nº 2 GOP's; Revisão Nº 4 Orçamento.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----



---O Vereador João Pedro Arraiolos fez a apresentação da proposta, explicando os seus pressupostos.-----

---Não houve intervenções.-----

---O Presidente colocou a Proposta de Modificação Orçamental – Revisão Nº 2 das GOP's; Revisão Nº 4 do Orçamento à votação, que foi aprovado por unanimidade.-----

---Deliberado remeter a proposta à Assembleia Municipal, para apreciação e votação.-----

Ponto 05 – Proposta – Extinção de uma Unidade Orgânica de 3º Grau e Criação de duas Unidades Orgânicas de 3º Grau e Aprovação do novo Regulamento de Organização dos serviços e Mapa de Pessoal do Município de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos fez a apresentação da proposta. Esclareceu os objetivos da mesma, que pretende adequar a estrutura orgânica ao funcionamento dos serviços. Deu nota que existia uma mega unidade orgânica que englobava vários serviços, cujo funcionamento não tem grande interligação entre eles, tendo-se chegado à conclusão que, em termos da estrutura e da orgânica do próprio Município, faria sentido dividir a atual unidade em duas.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona referiu-se à proposta como uma reorganização dos serviços, com os fundamentos apresentados, considerando-a como uma opção política, mas colocou algumas dúvidas. Mencionou que, na sua opinião, os serviços podem funcionar tanto ou mais eficazmente consoante o que forem as diretrizes e o que for pedido a cada um deles para desenvolver, não tendo propriamente a ver com o facto de terem chefias diferentes ou de estarem alocados a um conjunto de pessoas diferentes. Deu nota que não se revê nesta opção, que acha que vai sobrecarregar o quadro de pessoal do município, sem necessidade.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos reiterou que, após análise do funcionamento dos serviços, entendeu-se ser esta a forma mais adequada de organização do seu funcionamento e que não irá sobrecarregar o orçamento municipal, considerando que não há perspetiva imediata de ocupação de qualquer um dos lugares.-----





---Não houve mais intervenções.-----

---O Presidente colocou a Proposta de Extinção de uma Unidade Orgânica de 3º Grau e a Criação de duas Unidades Orgânicas de 3º Grau e Aprovação do novo Regulamento de Organização dos serviços e Mapa de Pessoal do Município de Alpiarça, à votação, que foi aprovada por maioria, com três votos a favor (CDU) e dois votos contra (PS).-----

---Deliberado ainda remeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

Ponto 06 – Proposta de Documentos Previsionais para o Ano de 2021 - Câmara Municipal de Alpiarça .-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Presidente salientou que este vai ser o Orçamento mais elevado dos últimos anos, com um investimento previsto de seis milhões e duzentos e trinta e seis mil euros. Lembrou que o ano de dois mil e vinte e um vai ser um ano muito exigente e vai-se procurar que, para além das respostas às expectativas que foram sendo criadas aos munícipes quanto a um conjunto de investimentos, há também algumas obras com impacto muito positivo na vida das pessoas, ao nível da educação, da regeneração urbana, do ambiente, não descurando a vida social e cultural do Concelho. Descreveu de seguida os investimentos previstos para o próximo ano, nas áreas referidas, destacando as obras nas escolas, a segunda fase do Mercado Municipal e o Parque Ambiental de Alpiarça. Lembrou também que, ao abrigo do estatuto do direito de oposição, procurou-se incluir algumas das propostas apresentadas pelo Partido Socialista, não tendo chegado nenhuma proposta do Partido Social Democrata.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos fez uma apresentação mais detalhada das propostas de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte e um. Salientou que há alguma continuidade em termos de funcionamento e uma oportunidade em relação ao facto de o próximo ano coincidir com o final do atual quadro comunitário de apoio e que permite algumas possibilidades de investimento, possíveis pelas condições criadas por todo o percurso até agora desenvolvido. Lembrou que estes documentos de gestão vêm na sequência dos últimos onze anos



de gestão da atual maioria na Câmara Municipal, de uma norma de transparência e rigor dos compromissos assumidos, consolidando a recuperação financeira que veio dar toda a força ao rumo definido e à opção traçada, numa lógica de continuidade. Realçou que há situações que se devem continuar a referir, aquando da elaboração dos documentos previsionais, que têm a ver com o desequilíbrio permanente entre os recursos existentes e a satisfação das necessidades inerentes à resolução dos problemas das populações, recordando que o reiterado incumprimento da lei das finanças locais tem sonogado aos municípios importantes meios, impedindo-os de dar saltos qualitativos na sua ação e na sua capacidade de realização e investimento. Afirmou que uma das prioridades será o combate à pandemia o que, de certa forma, condiciona também a concretização de um conjunto de objetivos, havendo ainda alguma incerteza em relação à própria descentralização de competências que deverão ser assumidas a partir de Janeiro de dois mil e vinte e um. Declarou que todo o percurso de onze anos tem demonstrado a importância da opção tomada, com a diminuição da dívida em sete milhões e meio de euros no endividamento líquido, o que levou à criação de condições bastante positivas para toda a população, lembrando que, por exemplo, a reabilitação e expansão do Jardim Municipal, permitindo outra atratividade para toda aquela área, quer em termos de investimento particular na habitação, quer em em termos comerciais, com a instalação de uma grande superfície e a criação de postos de trabalho. Salientou alguns aspetos dos documentos em discussão, que obedecem a regras definidas e que preveem um equilíbrio orçamental em todo o seu conteúdo. Recordou ainda um conjunto de investimentos previstos para o próximo ano, em várias áreas.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona pediu a palavra para referir que o ano de dois mil e vinte e um será um ano de muita exigência, por várias razões. Vai ser de grande exigência face à pandemia e às suas consequências, designadamente à crise gravíssima que se atravessa, não se perspetivando que seja debelada durante o ano de dois mil e vinte e um e vai ser exigente porque é o ano que encerra o atual quadro comunitário, tendo que se procurar executar o máximo possível e será ainda um ano de grande exigência porque é um ano de eleições autárquicas. Acha que o orçamento em discussão tem alguma continuidade do exercício do mandato, com a introdução pontual de algumas novidades no que é o funcionamento do município em áreas muito específicas, com algumas propostas de realização de eventos novos ou de forma diferente.



Considera ainda que há uma preocupação grande em concentrar um conjunto de investimentos durante o próximo ano. Admitiu que existem algumas divergências, nomeadamente nas áreas do comércio e do desenvolvimento industrial, que do seu ponto de vista vão reclamar mais do executivo, e que são pouco tratadas e referidas nos documentos, o que a preocupa, porque são estas áreas que podem ajudar a compensar a perda de empregos e de capacidade económica. Destacou, pela positiva, a possibilidade de realização de um Festival Gastronómico, que possibilita a promoção dos produtos e da cultura do concelho, bem como a realização das feiras, o Festival do Melão e a Alpiagra, que são dois certames importantes. Fez também uma referência ao turismo, achando que finalmente o Executivo está a chamar a si uma parte importante da organização de um plano turístico. Colocou algumas questões relacionadas com a Casa dos Patudos. Considerou positivo a manutenção do concelho em certames de visibilidade nacional e internacional, como forma de chegar a outros públicos e outros interesses que têm a ver com a divulgação da cultura e com a economia. Fez referência às propostas que apresentaram, algumas com impacto no rendimento das pessoas, outras com impacto no desenvolvimento e do crescimento económico e criação de emprego e outras ainda com impacto na qualidade de vida e imagem do concelho. Fez alusão ao valor do orçamento, comentando que se trata de uma perspetiva extremamente otimista perante a realidade tão incerta que se está a viver, referindo-se a algumas receitas. Colocou dúvidas relativamente a algumas rubricas do orçamento e a uma das medidas apresentadas nas opções do plano, nomeadamente a continuação da atualização do parque automóvel do município, que não vê espelhada no orçamento. Na sua análise ao orçamento e ao plano de atividades, referiu que falta a correlação entre o que se diz que se vai fazer ou que se quer fazer e a tradução orçamental para essa vontade, falta uma perspetiva do que vai ser a realidade do concelho e do país e do que vai acontecer em dois mil e vinte e um.-----

---O Vereador António Moreira fez referência à Zona Industrial e à compra de terrenos, salientando que o parque do município está desorganizado. Acrescentou que existem dezenas de lotes que estão abandonados. Falou também sobre os resíduos sólidos e os contentores em mau estado. Fez referência às feiras e à sua importância, bem como à certificação do melão de Alpiarça. Colocou mais algumas questões sobre os documentos.-----



---O Presidente respondeu a algumas questões colocadas. Em relação à Zona Industrial disse que esta é uma área essencial e o elemento central em qualquer estratégia de desenvolvimento económico e social e a Câmara vai ter que dedicar grande parte da sua atenção a este nível e alocar verbas assim que seja possível, tendo em conta os instrumentos financeiros que vierem a ser colocados à sua disposição. Esclareceu que essa perspetiva existe mas não se podem colocar verbas no orçamento que não estão ainda disponíveis. Relativamente à realização dos eventos reconhece que há uma grande imprevisibilidade em todo este processo, começando já com o carnaval, que vinha em crescendo, bem como um conjunto de outras iniciativas, como é o caso do Festival Gastronómico. Sobre a Casa dos Patudos, deu conhecimento que a Sala Império tem algumas infiltrações e a Câmara de Alpiarça vai ter de fazer algumas pequenas obras de conservação e melhoria. Fez referência ao arquivo histórico da Casa dos Patudos, que está aberto ao público e que deve ser melhorado, bem como à promoção da Casa através de várias iniciativas, destacando o programa “Aqui Portugal” da RTP1, transmitido em direto daquele espaço. Saliu que o processo de certificação relativo ao melão Manuel António, que está já integrado no catálogo nacional de variedades, o que se pretende é uma certificação desta variedade específica do concelho, mas tem esbarrado numa área residual de produção, tendo Câmara tido um papel junto dos produtores no sentido de aumentar a área.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona sugeriu uma certificação de denominação de origem.-----

---O Presidente afirmou que essa é uma designação mais turística e realçou que a grande promoção do melão de Alpiarça tem sido feita através do Festival do Melão, tendo-se colocado como nunca o Melão de Alpiarça na agenda mediática, com toda a divulgação feita através dos órgãos de comunicação social, principalmente da televisão. Sobre a questão da recolha de resíduos, registou que está prevista a recolha seletiva e a compostagem, projeto que foi apresentado recentemente e que pode ajudar a diminuir a deposição de lixo indiferenciado nos contentores. Disse ainda que este processo pode demorar a arrancar, devido à situação de pandemia, uma vez que terá de haver contacto direto com as pessoas, no sentido de lhes transmitir as vantagens deste tipo de recolha seletiva.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos prestou também alguns esclarecimentos. Relativamente à concretização de um conjunto de eventos previstos para o próximo ano, referiu que se optou por

fazer um orçamento e um plano de atividades com base no que se pretende realizar, tendo em conta que a definição temporal é extremamente difícil de prever. Sublinhou que é necessário ter alguma criatividade e originalidade por parte de todos no sentido de assinalar uma data ou realizar uma atividade. Deu como exemplo a realização da Arte Natal, nos moldes em que se realizou, tendo-se considerado que se devia assinalar a data e que seria importante para as pessoas, para as crianças e famílias. Salientou também a forma como se deu destaque ao Festival do Melão, com um programa de televisão com oito horas de transmissão televisiva a partir de Alpiarça, com a promoção não só do melão, mas também de um conjunto de produtos do Concelho. Afirmou que, para a realização de iniciativas, terá de haver uma adaptação caso a caso, consoante o evoluir de toda a situação. Respondeu a algumas questões colocadas sobre o orçamento, em particular sobre as receitas. Em relação às despesas disse que nas rubricas “outros” estão alocadas as verbas previstas que não cabem em qualquer outra rubrica prevista no sistema contabilístico.-----

---O Dr. Nuno Paulino prestou alguns esclarecimentos sobre o orçamento.-----

---O Presidente mencionou que compreende que, na fase em que nos encontramos e tendo em conta o último ano do atual mandato, se fale em eleitoralismo, mas lembrou que se esta maioria tivesse podido concretizar antes alguns dos investimentos agora previstos, já o teria feito. Reiterou que nunca se esteve dependente de uma gestão de calendário eleitoral, considerando até que isso seria um erro. Realçou que estas situações têm a ver com a tardia disponibilização dos fundos comunitários, com a demora do arranque do atual quadro comunitário e com o atraso das reprogramações. Afirmou que há um conjunto de fatores que têm atrasado a execução de obras e de projetos de investimento por todo o país e o próximo ano terá um problema, que é o volume de obras que vão ser lançadas e a sua implicação ao nível do mercado, das empresas de construção e dos fornecedores de materiais.-----

---O Presidente colocou de seguida à votação a Proposta de Documentos Previsionais para o Ano de 2021 do Município de Alpiarça, que foi aprovado por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).-----

---Foi ainda deliberado remeter a proposta à apreciação da Assembleia Municipal.-----



Ponto 07 – Proposta de Isenção do Pagamento de Taxas de Ocupação do espaço Público na Área do Município de Alpiarça para o Ano 2021.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Presidente esclareceu os objetivos da presente proposta, que propõe isentar o pagamento de taxas de ocupação do espaço público para o ano de dois mil e vinte e um. Salientou no entanto que os municípios não podem comprometer toda a sua atividade numa resposta direta a todos os problemas das empresas e dos munícipes. Entende que há que ter essa necessidade presente, de a todo o momento avaliar a situação, verificar as necessidades, comprometer parte da disponibilidade financeira, mas a resposta tem de ser global e nacional, considerando que as autarquias não se conseguem substituir à estrutura central do estado, na resposta a este problema.-----

---O Presidente colocou a Proposta de Isenção do Pagamento de Taxas de Ocupação do espaço Público na Área do Município de Alpiarça para o Ano 2021 à votação, que foi aprovada por unanimidade.-----

---Deliberado ainda remeter a Proposta à apreciação da Assembleia Municipal, para discussão e votação.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE-----

Não houve intervenções do público.-----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

---Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram dezoito horas e trinta minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.-----

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.-----





Município de Alpiarça

Câmara Municipal

ATA N.º 22/2020 RC 14 DE DEZEMBRO 2020 - MANDATO 2017 - 2021

O Presidente da Câmara Municipal

Mário Fernando A. Pereira

O Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação

Celestino Tomás Pereira Brasileiro

No uso de competência e poderes delegados/subdelegados por Despacho n.º XX/XXXX, datado de XX de XXXX de XXXX.
Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição

